

PARECER DO PROJETO DE LEI Nº 24/2014  
COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA  
RELATÓRIO

1. De autoria do Prefeito, o projeto de lei em epígrafe autoriza a desafetação e doação do imóvel que menciona em favor de Kênia Aparecida Oliveira – ME, na forma e condições que especifica, e dá outras providências.
2. O objetivo da matéria promover a doação, com encargos, do Lote Urbano nº 14 da Quadra 12, com área de 331,67m<sup>2</sup>, para que a donatária construa, no prazo de 2 (dois) anos, contados do registro da escritura, uma unidade clínica para preparação de cadáveres.
3. Após o exame da Comissão de Legislação e Justiça e de Redação, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, a matéria vem ao exame conjunto destas Comissões, nos termos do art. 112 do Regimento Interno, tendo o senhor Presidente incumbido a mim a sua relatoria.
4. Era o que cabia relatar.

FUNDAMENTAÇÃO

5. A doação de bens públicos a particulares constitui uma exceção em nosso sistema administrativo, uma vez que o acervo patrimonial das entidades públicas existe para satisfazer aos imperativos do interesse da coletividade.

6. É comum a doação de imóveis para fins sociais, especialmente para programas habitacionais destinados a pessoas de baixa renda, atendendo ao postulado da dignidade humana plasmado na Constituição da República.

7. O que não é comum é a doação pura e simples de bens públicos a terceiros, porque isso representaria uma graciosidade injustificável e até mesmo o enriquecimento do particular à custa do prejuízo experimentado pelo erário.

8. No caso em exame, porém, a doação não é pura e simples. É doação com encargos, vez que a donatária está incumbida de construir uma unidade de preparação de cadáveres.

9. Nesta hipótese, o interesse público é evidente e manifesto, sintetizado no fato de que a área reservada para construção do cemitério local encontra-se próxima ao imóvel que se pretende doar.

10. Ademais disso, o texto fixa o prazo de 2 (dois) anos para o cumprimento desse encargo, findos os quais, em caso de inadimplemento, o imóvel reverterá ao patrimônio do Município, segundo a regra contida no artigo 5º da matéria.

11. Finalmente, quanto a este ponto, impõe frisar que a matéria contém cláusula de inalienabilidade de 8 (oito) anos, durante os quais a donatária não poderá dispor do imóvel, o que reforça as garantias de preservação do interesse público.

12. No plano financeiro, a doação não representará impacto significativo no acervo patrimonial da municipalidade, eis que o imóvel está avaliado em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), valor que, mesmo representando desfalque, é insuficiente para afetar as metas fiscais estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias ou para reduzir significativamente os ativos do Município.

### CONCLUSÃO

13. Em face do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei 24/2014.

Sala das Reuniões, 25 de setembro de 2014.

Vereador MANOEL DO IMA

Relator